



n.4
out.dez
2021

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPSA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPSA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPSA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editores Executivos

Marianna Albuquerque e Diogo Ives de Quadros

Editor Adjunto

Ghaio Nicodemos Barbosa

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Leticia Pinheiro

Editoria de Redação

Amanda Silvestre da Silva

André Pimentel Ferreira Leão

Andrés Londoño Niño

Diogo Ives de Quadros

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

Ghaio Nicodemos Barbosa

Giovana Esther Zucatto

Giovanna Lucio Monteiro

Jefferson Nascimento

Leandro Wolpert dos Santos

Marianna Albuquerque

Marília Bernades Closs

Murilo Gomes da Costa

Pedro Lange Netto Machado

Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



IESP. UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

Sumário

EDITORIAL

**FORÇAS ESTRUTURAIS E AGÊNCIA NA POLÍTICA EXTERNA INTERNACIONAL
E REGIONAL.....PÁGINA 04**

ARTIGOS

A ECONOMIA POLÍTICA DA DÍVIDA EXTERNA DA ARGENTINA.....PÁGINA 06

**MONITOR ELEITORAL - AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2021 NO
CHILE..... PÁGINA 13**

**A VIOLÊNCIA NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI E O COMBATE AO
CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL.....PÁGINA 18**

Editorial

Forças estruturais e agência na política internacional e regional

O ano de 2021 terminou quase igual ao anterior, com a pandemia em viés de alta e a esperança em viés de baixa. Como sempre ocorre, as passagens de ano assinalam o fim de um ciclo e, em geral, trazem a aspiração de renovação e recomeço. A origem desta liturgia de mudança e renovação está na associação às comemorações nas quais os povos agrários da Mesopotâmia saudavam o fim do inverno, o início da primavera e a chegada de uma nova safra agrícola. Não existe rigorosamente nada que nos garante que um ciclo será melhor do que outro, mas gostamos de acreditar que será o que justifica a celebração de um novo tempo.

Na passagem de 2019 para 2020, o mundo assistiu ao tímido início na China de uma síndrome respiratória aguda grave, até então desconhecida, que, em pouco tempo, se transformaria em pandemia, alcançando todo o planeta. No plano internacional, ocorria o acirramento do conflito no Oriente Médio, com o assassinato, pelos EUA, de um poderoso general iraniano. Na passagem seguinte, de 2020 para 2021, a pandemia estava no auge, com o Brasil atingindo cifras de mortes alarmantes e infecções, e a tragédia humanitária em curso evidenciando a completa incapacidade do governo Bolsonaro em lidar com o avanço da doença. No plano da política internacional a boa notícia é que Trump não foi reeleito, muito em função do contexto pandêmico. Entretanto, o governo Biden, apesar das boas intenções, não tem correspondido às expectativas iniciais que se criaram na época de sua eleição.

Na passagem de 2021 para 2022, o foco de insegurança internacional havia se deslocado do Oriente Médio - depois da humilhante retirada norte-americana do Afeganistão - para a Eurásia, com o conflito em torno da Ucrânia entre a Rússia e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A Rússia vem atuando como qualquer grande potência que busca retomar sua lendária aspiração geopolítica na manutenção do equilíbrio, em seu favor, em seu perímetro de segurança

mais imediato.

Os inúmeros movimentos da conjuntura, exacerbados pela permanência por mais de dois anos da Covid-19, tornam bastante desafiante para o analista o exame da política internacional contemporânea. De alguma forma, porém, os últimos parecem estar na mesma direção do movimento de longo prazo das forças estruturais do capitalismo e da geopolítica: o aprofundamento da desigualdade dentro e entre os países, gerando mercados cada vez mais segmentados e tornando uma miragem a ideia de uma sociedade de classes médias, em uma versão otimista do estado de bem-estar do passado. Na mesma direção, apontam para as transformações geopolíticas e o início de uma nova ordem internacional, não mais sob a hegemonia liberal. Estes movimentos estruturais podem sofrer desvios de rota como a história tantas vezes nos demonstrou. A força do componente de agência na trajetória política e econômica não pode ser esquecida.

E a nossa região, a América do Sul? Este número do Boletim é ilustrativo do embate entre forças estruturais e forças de mudança. O artigo de Pedro Lange Netto Machado sobre a crise da dívida argentina é ilustrativo do peso da trajetória inercial e entrópica da dívida externa sobre a sociedade e a economia de nosso vizinho, desde pelo menos os anos 90. A Argentina é, talvez, o exemplo mais agudo da crise do endividamento externo dos países latino-americanos em que a cada agravamento da situação os remédios propostos pelas “autoridades financeiras” implicam o aprofundamento do endividamento em um processo sem fim.

De uma perspectiva diversa, Murilo Gomes da Costa e Talita Tanscheit, no Monitor Eleitoral, analisam a recente eleição presidencial no Chile, cujo resultado representa uma mudança profunda na política chilena desde a redemocratização, refletida também nos protestos que culminaram na convocação de uma nova constituinte. A eleição de Boric é mais um indício da convivência paradoxal entre a exacerbação das limitações e do desgaste do ciclo conservador e o crescimento da extrema-direita. Como esperança, a escolha de um gabinete ministerial com alta representatividade de mulheres e a Política

Externa Feminista mostra o caminho que o Chile quer seguir.

No artigo que fecha essa edição, Amanda Silvestre analisa o crime e o fluxo ilícito na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. O tema é central para a integração sul-americana, uma vez que a região opera tanto como mercado produtor, como consumidor e como corredor de exportação. A escalada da violência na área limítrofe do Brasil com seus principais vizinhos gera ainda mais ônus para as já frágeis forças de segurança dos países sul-americanos.

Retomando aos ciclos, esperamos que a passagem de 2022 para 2023 seja, efetivamente, não apenas uma mudança de ano, mas uma mudança de projeto. Esperamos, também que, nos novos projetos, a região esteja no centro das estratégias políticas.

Rio de Janeiro, dezembro de 2021

Maria Regina Soares de Lima

Coordenadora do OPISA

Marianna Albuquerque

Coordenadora do OPISA



A economia política da dívida externa da Argentina

Pedro Lange Netto Machado
Pesquisador OPISA

Introdução

No dia 26 de dezembro de 2021, duas décadas se completaram desde o maior calote já registrado na ordem internacional da globalização. Ao final de 2001, o então presidente argentino, Rodríguez Saá, decidiu interromper o serviço da dívida pública do país, o que representou um *default* da ordem de US\$ 93 bilhões frente a seus credores privados. Desde então, as consequências desse evento, bem como do processo de endividamento externo que o desencadeou, condicionam a dinâmica política e econômica da Argentina.

Este artigo examina tal realidade à luz das restrições que a dívida contraída durante a década de 1990 segue impondo ao *policy space* de seus governos até os dias atuais. O argumento subjacente é que a perda de autonomia na gestão da política econômica foi potencializada pela adesão à agenda do Consenso de Washington naquele período. Uma vez que esta fracassou em promover o crescimento econômico, o endividamento permaneceu como herança que dificulta a implementação de estratégias que desvirtuam do receituário ortodoxo para a economia, dada a pressão dos credores do Estado em favor do mesmo.

O texto se estrutura em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A seção seguinte apresenta a trajetória do país ao longo dos anos 1990, quando o processo de endividamento nos mercados de dívida soberana se estabeleceu. Na terceira seção, a experiência sob os governos kirchneristas, que promoveram uma política ativa de “desendividamento”, é analisada. A quarta seção discute o retorno do endividamento externo como pilar da política econômica do governo Macri e reflete sobre suas consequências para a atual gestão de Fernández. A última seção conclui o artigo.

A hegemonia da agenda neoliberal

A crise socioeconômica que marca o ingresso da Argentina no século XXI, da qual o *default* foi apenas uma das consequências,

remete às transformações experimentadas pelo país ao longo da década de 1990. Nesse período, uma série de reformas inspiradas no Consenso de Washington foram implementadas pelo governo de Carlos Menem (1989-1999). O objetivo era integrar a Argentina à ordem da globalização, de modo a assim superar a crise inflacionária legada da década anterior e atender aos requisitos do Plano Brady¹. Para tanto, fazia-se necessário “modernizar” a estrutura institucional do país, em linha com os preceitos neoliberais em voga (GUZMAN, 2016; KULFAS, 2016; VADELL, 2006).

Nesse sentido, uma série de políticas de liberalização da economia foram adotadas, sobretudo nos planos comercial e financeiro. Paralelamente, privatizações de empresas e serviços públicos foram realizadas. Para demonstrar seu compromisso com a estabilidade monetária, o governo Menem lançou, em 1991, o Plano de Conversibilidade, que garantia a paridade fixa de um dólar para um peso com o respaldo dos dólares acumulados pelo Banco Central. Isso, por seu turno, demandava o ingresso sustentado de divisas no país, fosse a partir da geração de superávits comerciais, fosse a partir da captação de recursos financeiros nos mercados de capitais ou via privatizações. Diante dos déficits apresentados na balança comercial, a segunda opção acabou por prevalecer (BAMBACI, SARONT, TOMMASI, 2002).

Entre 1991 e 1994, a conversibilidade funcionou, a economia se expandiu e o governo Menem experimentou o ápice de sua popularidade. A partir da crise financeira mexicana, contudo, o regime começou a se mostrar disfuncional, tendo em vista o abalo na “confiança” dos investidores frente às demais economias emergentes. Diante disso, Menem promoveu outra rodada de reformas liberalizantes, que contemplou uma reforma previdenciária, a flexibilização das leis trabalhistas e uma nova onda de privatizações. As medidas, porém, não foram suficientes para recuperar o “humor” do mercado, de modo que o país logo passou a apresentar déficits também em sua conta

¹ Patrocinado pelos Estados Unidos e pelo FMI, o Plano Brady serviu à conversão da dívida externa contraída nas décadas precedentes em dívida pública, a ser negociada nos mercados de capitais. Em certa medida, portanto, a crise da dívida externa experimentada pela Argentina na década de 1980, que remonta aos empréstimos obtidos pelo país ainda na ordem internacional anterior à globalização, aparece como pré-história do processo analisado neste trabalho.

financeira (BAMBACI, SARONT, TOMMASI, 2002; KULFAS, 2016).

A solução encontrada pelo governo para garantir o ingresso de divisas necessárias à manutenção da conversibilidade foi, então, a emissão de títulos de dívida pública denominados em dólar. Desse modo, enquanto o país adentrava uma recessão a partir de 1998, o endividamento externo ingressou em uma trajetória ascendente que contou com o respaldo tanto do mercado financeiro quanto de instituições da governança econômica global. Com efeito, nesse período, a Argentina se tornou o “*poster child*” do FMI, enquanto o presidente Menem era frequentemente enaltecido pelo órgão como líder responsável por sua “história de sucesso” (GUZMAN, 2016; KULFAS, 2016).

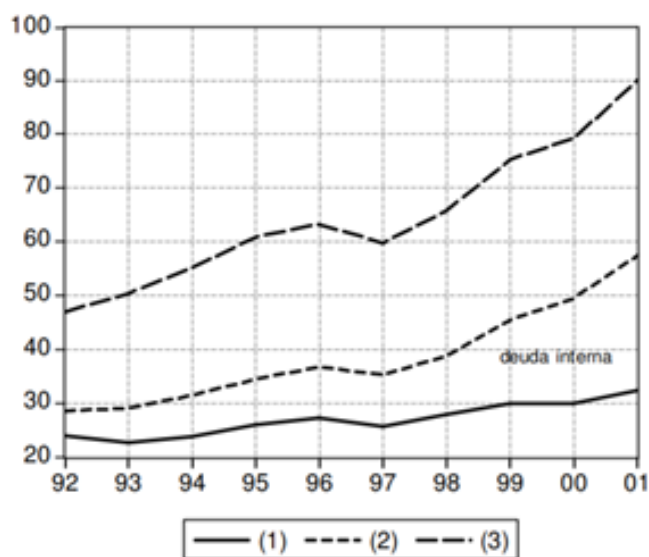
À medida que a dívida crescia, porém, a economia não reagia e a recessão se transformou em uma depressão. Nesse interregno, em 1999, enquanto os indicadores socioeconômicos seguiam se deteriorando, Fernando De la Rúa foi eleito presidente prometendo defender a conversibilidade, ainda que às custas de muita austeridade fiscal. Ao longo de seu mandato, contudo, uma crise de confiança do mercado financeiro se instaurou e o país enfrentou três ondas de fuga de capitais. Para defender o valor do peso nos termos do plano de conversibilidade, o governo decidiu adotar uma das medidas mais traumáticas da história recente da Argentina: congelou os depósitos bancários para estancar a saída de dólares do país, em ação que ficaria reconhecida como “*corralito*”. Este, por seu turno, foi o estopim para que uma série de levantes populares contra a classe política tomassem as ruas, sob o lema “*Que se vayan todos*” (Kulfas, 2016; Vadell, 2006).

Com a sociedade em ebulição, De la Rúa renunciou em 21 de dezembro de 2001, dando início a um período no qual quatro presidentes diferentes estariam no cargo em apenas dez dias (RAUS, 2017). Neste interregno, a breve gestão de Rodríguez Saá decidiu interromper o serviço da dívida pública com credores privados. Em janeiro de 2002, Eduardo Duhalde assumiu como presidente interino para finalizar o mandato de De la Rúa e optou por manter o default, enquanto promoveu o fim da conversibilidade e a consequente desvalorização do peso. A implementação da agenda neoliberal foi assim interrompida, em meio a uma grave crise social, política e econômica, ao passo

que a questão do endividamento ficaria por ser resolvida pelos governos vindouros no século XXI (PORTA; SANTARCANGELO; SCHTEINGART, 2017).

A dívida em *default* aparece, portanto, como uma herança do fracasso das políticas inspiradas no Consenso de Washington em promover o desenvolvimento econômico, tal como prometiam. O Gráfico 1 ilustra a evolução desse endividamento, que se baseou majoritariamente na emissão de títulos públicos denominados em moeda estrangeira e acabou por se tornar insustentável à medida que as políticas econômicas neoliberais não foram capazes de estimular o crescimento da economia (GUZMAN, 2016). Pelo contrário, o que se viu no país foi a configuração de uma crise sem precedentes. Como se verá nas duas seções a seguir, os desdobramentos do processo econômico argentino na década 1990 permaneceriam, ainda por muito tempo, a pautar a agenda dos governos do país.

GRÁFICO 1: ENDIVIDAMENTO PÚBLICO EM PROPORÇÃO AO PIB DA ARGENTINA (1992-2001)



- (1) Dívida externa pública
 (2) Dívida pública total
 (3) Dívida pública total usando PIB em termos de Paridade de Poder de Compra

Fonte: Damil, Frenkel e Rapetti (2005, p. 15), com base em dados do Ministério da Economia.

O ciclo kirchnerista e a política do desendividamento

Entre 2003 e 2015, os governos de Néstor Kirchner (NK) e de Cristina Fernández de Kirchner (CFK) lograram implementar políticas econômicas



marcadamente heterodoxas e mediadas pela ação do Estado em prol da expansão do PIB e da redistribuição de renda. Esse período, que desponta como um dos de maior crescimento econômico da história argentina, beneficiou-se sobremaneira da recuperação do *policy space* na gestão da economia nacional (KULFAS, 2016; WYLDE, 2012). Três elementos foram preponderantes para que isso ocorresse.

Em primeiro lugar, o *default* de 2001 abriu espaço orçamentário para que outros objetivos de política econômica fossem perseguidos pelas gestões a ele subsequentes. Nesse contexto, a decisão de manter em suspenso o serviço da dívida pública pelo breve governo Duhalde, em favor de políticas voltadas à recuperação da crise socioeconômica de então, aparece como divisor de águas no processo. Desta feita, o governo NK pôde, em um primeiro momento, apenas dar prosseguimento às medidas adotadas no contexto crítico, de modo a colher seus frutos já ao começo do mandato (PORTA; SANTARCANGELO; SCHTEINGART, 2017).

Em segundo lugar, para além da decisão de manter o *default*, uma política de *desendeudamiento* passou a ser ativamente promovida por NK como via de restauração da autonomia política dos governos argentinos. Duas ações simbolizam tal estratégia. Por um lado, em 2005, uma rodada de renegociação da dívida em *default* foi realizada, resultando em uma adesão de 76% dos credores a condições mais favoráveis para o país no pagamento da dívida pendente. Em 2010, sob CFK, uma nova rodada ainda ocorreria, estendendo o acordo a cerca de 93% dos credores. Por outro lado, ainda em 2005, NK determinou a quitação integral do débito existente com o FMI fazendo uso das reservas internacionais acumuladas no Banco Central. Tal medida teve grande valor simbólico, dado o histórico de ingerência do fundo na gestão da política econômica nacional em favor de preceitos ortodoxos – que foram reiteradamente responsabilizados pelo casal Kirchner pelo colapso socioeconômico de 2001 (GUZMAN, 2016; KULFAS, 2016).

Mas isso só foi possível porque, em terceiro lugar, uma conjuntura internacional favorável à economia argentina se configurou. Entre meados de 2002 e de 2012, o mundo experimentou um superciclo dos preços das *commodities*, o que favoreceu o ingresso de divisas em países exportadores de bens primários, como a Argentina. Tal melhoria dos termos de troca, por

sua vez, foi conscientemente aproveitada pelos governos Kirchner: para além do inevitável arrefecimento da capacidade de disciplina do mercado financeiro em um contexto de abundância de oferta de capitais (CAMPELLO, 2015), impostos que incidiram sobre o setor agroexportador se reverteram em políticas redistributivas e de fomento à produção manufatureira e ao mercado doméstico. Em outras palavras, os governos NK e CFK souberam aproveitar a conjuntura benéfica em prol de suas respectivas agendas programáticas (KULFAS, 2016; PORTA; SANTARCANGELO; SCHTEINGART, 2017; WYLDE, 2012).

À medida que as condições externas favoráveis se esgotaram, contudo, o problema da escassez de divisas começaria a se manifestar, dado o isolamento do país dos mercados de capitais. Com efeito, ao longo dos governos CFK, um processo de escalada inflacionária e de gradativa perda de reservas internacionais se estabeleceu. Em seu segundo mandato, a fuga de capitais se intensificou, o que, no contexto de queda dos preços das *commodities*, levou o governo a buscar um retorno ao mercado global de dívida soberana como via de captação de divisas – o que significaria uma flexibilização da política de desendividamento (KULFAS, 2016).

Em 2014, porém, essa estratégia foi inviabilizada por uma decisão da Suprema Corte de Justiça dos Estados Unidos, que validou a decisão de Thomas Griesa, juiz nova-iorquino de primeira instância, em favor dos fundos abutres. Após a crise de 2001, esses fundos haviam adquirido títulos argentinos em *default* com o objetivo de pleitear, na justiça americana, o pagamento integral do previsto em contrato. A decisão jurídica favorável aos *holdouts*, contudo, carregou um problema ainda maior: caso o governo argentino honrasse o serviço da dívida nos termos prévios ao *default*, seria obrigado a fazê-lo para todos os demais credores, incluindo os que participaram das renegociações de 2005 e 2010. Para completar a encruzilhada, o juiz Griesa proibiu o governo de fazer qualquer novo pagamento até que os abutres recebessem o que lhes seria de direito. Isso levou o governo CFK a promover um novo *default*, isolando-se ainda mais do sistema financeiro internacional e permanecendo com o problema da escassez de divisas (GUZMAN, 2016).

Não à toa, portanto, a literatura

acadêmica identifica três etapas no ciclo kirchnerista, que perdurou por mais de uma década na presidência da Argentina². Em uma primeira fase, na gestão NK, uma interação virtuosa entre as dinâmicas da economia nacional e internacional permitiu ao governo levar adiante sua agenda de “*vivir con lo nuestro*”, de modo a se desvencilhar de qualquer constrangimento que o processo de endividamento dos anos 1990 pudesse acarretar. Na segunda fase, contudo, algumas contradições desse modelo de desenvolvimento se manifestaram³, prenunciando um inevitável reencontro com a questão da dívida, que permanecera latente. Finalmente, o ocaso do kirchnerismo, no segundo mandato CFK, assistiu ao esgotamento da estratégia de desendividamento e a uma tentativa frustrada de retorno ao mercado financeiro internacional (KULFAS, 2016; PORTA; SANTARCÁNGELO; SCHTEINGART, 2017). Nesse processo, o legado da dívida se manifestou por meio do conflito com os fundos abutres, que colocou em risco toda o esforço pela reestruturação até então empreendido.

O retorno do endividamento externo

A vitória eleitoral de Mauricio Macri, em 2015, representou um feito inédito na história da Argentina: pela primeira vez, um governo de agenda declaradamente neoliberal foi eleito pelo voto popular no país (VOMMARO, 2019). Desse modo, tão logo a gestão do *Cambiamos* chegou ao poder, deu-se início à implementação de uma agenda predominantemente ortodoxa. Isso significou a reversão de boa parte das políticas adotadas ao longo do ciclo kirchnerista, bem como o retorno de algumas medidas que pautaram a gestão econômica durante a década de 1990 (FREITAS; GHIBAUDI; CRESPO, 2021).

De imediato, o governo Macri promoveu a liberalização financeira, cambial e do comércio exterior, enquanto o Banco Central aderiu a um regime de metas de inflação e de livre flutuação cambial. Paralelamente, boa parte dos subsídios aos serviços públicos e dos gastos com seguridade social foram extinguidos. Isso era parte da estratégia de redução do déficit público para conter a

inflação, o que despontava como condição, na avaliação da equipe econômica, para restaurar o ambiente de negócios no país. Este, por seu turno, demandava reconquistar a confiança do mercado financeiro para atrair uma “*lluvia de inversiones*” e assim fazer a economia ingressar em um ciclo de crescimento virtuoso (AMICO, 2020).

Um dos pilares desse processo seria o endividamento do Estado nos mercados de dívida soberana, que deveria financiar o período de “gradualismo” na gestão do déficit público – isto é, a fase na qual as contas públicas permaneceriam desequilibradas. Como consequência, a resolução da contenda com os fundos abutres era imprescindível à estratégia econômica do governo. Em fevereiro de 2016, o conflito foi encerrado por meio de um acordo que envolveu um pagamento de U\$ 9,3 bilhões pelo Estado argentino. Este, por sua vez, foi viabilizado pela maior emissão de dívida já feita por uma economia emergente desde 1996 (FREITAS; GHIBAUDI; CRESPO, 2021).

Ao final de 2016, porém, a ineficácia da política econômica implementada em promover o crescimento já era notória. Assim, temendo um revés nas eleições legislativas de 2017, o governo promoveu uma mudança substancial das medidas adotadas, aderindo a muitas das políticas “populistas” que acusara os governos kirchneristas de executar. Como resultado, a economia voltou a se expandir e a coalizão governista obteve um bom desempenho eleitoral (AMICO, 2020).

A partir de 2018, no entanto, os imperativos neoliberais voltaram a se impor. Já em janeiro, o endividamento externo sofreu um forte incremento, com a captação de U\$ 9 bilhões via emissão de títulos denominados em dólar. Isso fez com que o próprio mercado financeiro passasse a racionar a oferta de crédito para o país, o que não fazia parte do cálculo da equipe econômica do governo. Com efeito, a situação era particularmente dramática em função dos déficits comerciais registrados, que exigiam a captação de divisas nos mercados de capitais para estabilizar o Balanço de Pagamentos (AMICO, 2020; FREITAS; GHIBAUDI; CRESPO, 2021).

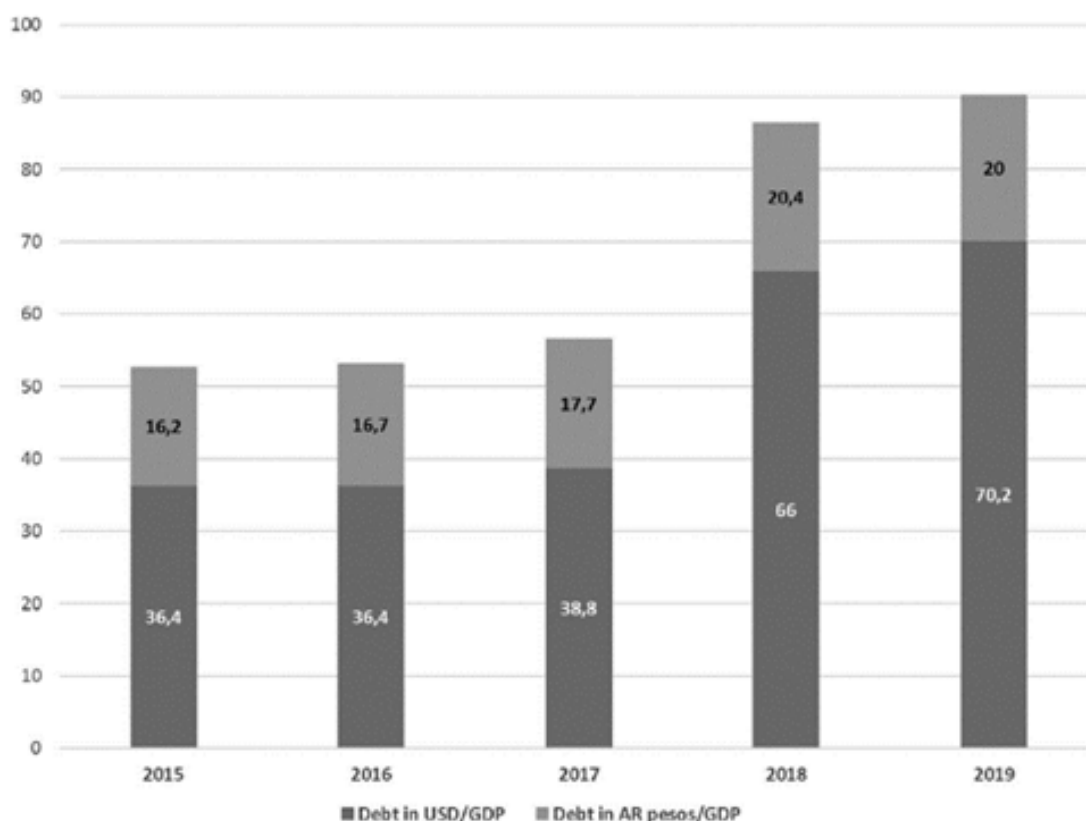
Ao final de março, quando o *Federal Reserve* anunciou o aumento da taxa de juros dos Estados Unidos, uma corrida cambial disparou contra o peso, prenunciando o cenário de crise que marcaria a segunda metade do mandato de Macri. De fato, o que se observou no período foi a configuração

2 Tal sistematização dos governos kirchneristas é central na obra de Kulfas (2016).

3 Isso se refletiu no ressurgimento de tensões políticas no país – que resultaram no revigoramento da oposição ao peronismo – e na escalada inflacionária a partir de então. Sobre os temas, ver Porta, Santarcángelo e Schteingart, (2017) e Kulfas (2016).



GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ARGENTINA DURANTE O GOVERNO MACRI



Fonte: Santarcángelo e Padín (2021), com base em dados do Ministério das Finanças.

de um cenário fortemente recessivo na economia, marcado por episódios agudos de fuga de capitais, desvalorização do peso e escalada inflacionária. Disso decorreram dois pedidos de socorro financeiro ao FMI: o primeiro, em junho de 2018, que constituiu o maior empréstimo da história tanto do fundo quanto da Argentina, chegando ao aporte de US\$ 57 bilhões; o segundo, em setembro do mesmo ano, que acabou por reestruturá-lo com o objetivo de amainar o pânico do mercado. Como seria de se esperar, boa parte do legado de condicionalidades ficaria para o governo subsequente (SANTARCÁNGELO; PADÍN, 2021).

O saldo final do governo Macri, para além da nova crise socioeconômica que se configurou, foi então um substancial incremento na dívida externa da Argentina. Enquanto no ciclo kirchnerista, sob a política do *desendeudamiento*, o nível de dívida pública em proporção ao PIB caiu de 97% em 2003 para 35,3% em 2015⁴, a gestão Cambiemos o fez saltar para 90,2% ao final de 2019. Como mostra o gráfico 2, a proporção

4 Este valor é referente ao patamar mais baixo de proporção dívida/PIB alcançado pelo segundo governo CFK.

de dívida externa praticamente dobrou ao longo do seu mandato. De fato, durante esse período, a emissão de dívida denominada em moeda estrangeira acabou por se tornar a maior da história do país, superando a dívida contratada durante toda a década da conversibilidade (1991-2001) e mais do que dobrando aquela contraída sob o kirchnerismo (SANTARCÁNGELO; PADÍN, 2021).

O processo de endividamento promovido pelo governo Macri possui duas dimensões particularmente perversas. Por um lado, dada a política de liberalização financeira então implementada, o endividamento externo acabou por financiar a fuga de capitais do país, sendo uma das engrenagens da plataforma de valorização financeira que se tornou a economia argentina no período (FREITAS; GHIBAUDI; CRESPO, 2021)⁵. Por outro lado, a velocidade e magnitude da maturidade dos instrumentos de dívida negociados acabariam por recair sobre a gestão do governo seguinte ao de Macri, restringindo sobremaneira seu *policy space* (SANTARCÁNGELO; PADÍN, 2021). Isso em função das altas taxas de juros que vigoravam internamente, em relação aos juros internacionais, durante o governo Macri.

2021).

Como Alberto Fernández, do *Partido Justicialista*, acabou vitorioso no pleito presidencial de 2019, a “herança maldita” do endividamento está recaindo sobre o seu governo. Com efeito, trata-se de um tema que vem pautando a política econômica da nova gestão peronista desde o início de 2020, em meio à nova crise decorrente da pandemia de Covid-19. Diante disso, enquanto Santarcángelo e Padín (2021) levantam a hipótese de que o acordo com o FMI foi intencionalmente elaborado para que o próximo governo se visse forçado a renegociá-lo, de modo a assim servir à continuidade da agenda neoliberal. O governo Fernández – à altura em que se escreve este trabalho – segue em busca de uma solução para o imbróglio. Nas palavras do presidente, “*Si todavía no cerramos un acuerdo (con el FMI) es porque no nos vamos a arrodillar, porque vamos a negociar hasta que nuestro pueblo no vea en riesgo su futuro por pagar una deuda*” (DW, 2021). Paralelamente, sua gestão se vê também obrigada a se equilibrar entre a emissão de “sinais” positivos ao mercado financeiro e a entrega das políticas pleiteadas por seus eleitores. Como as demandas de ambos são frequentemente conflitantes, nada mais natural que os cidadãos manifestem nas urnas sua insatisfação quando não atendidos, tal como já parece ter ocorrido nas eleições legislativas de 2021.

Considerações Finais

O panorama histórico da Argentina apresentado neste artigo buscou relacionar o processo de endividamento experimentado pelo país durante a década de 1990, sob a hegemonia da agenda do Consenso de Washington, a diversas crises e restrições que se impuseram a seus governos no século XXI. Na economia política que se desenhou, a margem de manobra das gestões que sucederam à década da conversibilidade se viu fortemente restringida pelo imperativo de se solucionar a questão da dívida ou – no melhor cenário – foi transitoriamente favorecida por fatores exógenos, como o superciclo das *commodities*. Neste caso, a experiência do ciclo kirchnerista parece apenas ter ganhado tempo até que a escassez de divisas voltasse a pressionar pelo retorno do país ao mercado internacional de dívida soberana, do qual permaneceu excluído até que a dívida em *default* fosse completamente renegociada.

Isto só foi alcançado pelo governo Macri, mas às custas de um novo e mais intenso ciclo de endividamento, novamente sob os auspícios do neoliberalismo.

Tal realidade indica que agendas de governo que desvirtuam deste substrato ideológico devem continuar a ser sistematicamente sabotadas quando precedidas por programas de direita, em forte prejuízo ao jogo democrático do país. De fato, dadas as amarras dos compromissos firmados com credores do Estado na esteira do fracasso da agenda neoliberal em entregar o que promete, um eventual governo mais à esquerda termina por se deparar com duas opções: ou se auto isola do sistema financeiro internacional para tentar implementar sua própria agenda integralmente, ou cede às pressões dos credores e a flexibiliza em favor de preceitos ortodoxos que sirvam ao pagamento da dívida, a saber, austeridade fiscal e cortes de gastos públicos. Não à toa, o fenômeno do populismo de extrema direita parece começar a aparecer também na Argentina, à medida que o governo Fernández adota postura titubeante em meio ao conflito entre as demandas da população do país e as exigências dos credores do Estado⁶. Diante dos desafios do presente e dos que o futuro reserva, a superação dessa crise do passado desponta como condição para que a retomada do desenvolvimento reapareça no horizonte argentino.

Referências

AMICO, F. La macroeconomía de Macri: Adiós represión financiera, bienvenido nuevo default. *Circus Revista Argentina de Economía*, n. 7, 2020, p. 52-89.

BAMBACI, J.; SARONT, T.; TOMMASI, M. The political economy of economic reforms in Argentina. *The Journal of Policy Reform*, v. 5, n. 2, 2002, p. 75-88.

CAMPELLO, D. (2015). *The Politics of Market Discipline in Latin America: Globalization and Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2015.

DAMILL, M.; FRENKEL, R.; RAPETTI, M. *La deuda argentina: historia, default y reestructuración*. Buenos Aires: CEDE, 2005.

Deutsche Welle. Alberto Fernández dice que “Argentina no se va a arrodillar ante el FMI”. *Deutsche Welle*, 28/10/2021. Disponível em: <https://www.dw.com/es/alberto-fern%C3%A1ndez-dice-que-argentina-no-se-va-a-arrodillar-ante-el-fmi/a-59646882>.

⁶ Nas eleições legislativas de 2021, a coalizão do extremista Javier Milei obteve 17% dos votos, tornando-se a terceira força da capital Buenos Aires (G1, 2021).



Acesso em 13/12/2021.

G1. Coalizão de Javier Milei, ultradireitista da Argentina, tem 17% dos votos e torna-se a 3ª força em Buenos Aires. G1, 15/11/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/11/15/coalizao-de-javier-milei-ultradireitista-da-argentina-tem-17percent-dos-votos-e-torna-se-a-3a-forca-em-buenos-aires.ghtml>. Acesso em 14 de dezembro de 2021

FREITAS, A. J. de; GHIBAUDI, J. W.; CRESPO, E. A. Promessas de um liberalismo tardio: uma análise das políticas econômicas do governo Macri (2015-2019). *Revista de Economia Contemporânea*, v. 25, n. 2, 2021, p. 1-20.

GUZMAN, M. An analysis of Argentina 2001 default resolution. Ontario: CIGI Papers, n. 110, 2016.

KULFAS, M. Los tres kirchnerismos: una historia de la economía argentina. Buenos Aires: Editora Siglo Veintiuno, 2016.

PORTA, F.; SANTARCÁNGELO, J. E.; SCHTEINGART, D. Un proyecto político con objetivos económicos. Los límites de la estrategia kirchnerista. In: PUCCIARELLI, A.; CASTELLANI, A. (orgs.). Los años del kirchnerismo: la disputa hegemónica tras la crisis del orden neoliberal. Buenos Aires: Editora Siglo Veintiuno, 2017.

RAUS, D. M. “Salir del infierno”. La transición política en la crisis de la convertibilidad. In: PUCCIARELLI, A.; CASTELLANI, A. (orgs.). Los años del kirchnerismo: la disputa hegemónica tras la crisis del orden neoliberal. Buenos Aires: Editora Siglo Veintiuno, 2017.

SANTARCÁNGELO, J. E.; PADÍN, J.M. Reshaping economic structure in Argentina: the role of external debt during Macri administration (2015-2019). *Review of Radical Political Economics*, 2021.

VADELL, J. A. A política internacional, a conjuntura econômica e a Argentina de Néstor Kirchner. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 49, n. 1, 2006, p. 194-214.

VOMMARO, G. De la construcción partidaria al Gobierno: Pro-Cambiamos y los límites del “giro a la derecha” en Argentina. *Colombia Internacional*, n. 99, 2019, p. 91-120.

WYLDE, C. ¿Continuidad o cambio? Política económica argentina posterior a la crisis y el gobierno de Néstor Kirchner, 2003 – 2007. *Revista de Ciencias Sociales*, n. 43, 2012, p. 109-133.



Monitor Eleitoral: Eleições Presidenciais de 2021 no Chile

Murilo Gomes da Costa
Pesquisador do OPISA

Talita Tanscheit
Pesquisadora Colaboradora do OPISA

Introdução

As eleições presidenciais de 2021 no Chile ocorreram em um contexto político marcado por importantes pleitos eleitorais em diversas esferas que, de certa forma, dão indicações dos possíveis arranjos políticos e das coalizões e candidaturas mais competitivas para a presidência do Chile.

Neste Monitor Eleitoral, abordaremos os resultados dos pleitos que antecederam as eleições presidenciais de novembro e dezembro de 2021, a fim de compreender o contexto político que definiu as principais candidaturas das eleições presidenciais chilenas. Nas seções seguintes, serão detalhados os resultados do primeiro e do segundo turno, apontando a evolução das candidaturas e a definição dos apoios no segundo turno. Por fim, serão apresentadas algumas das primeiras ações do presidente eleito, bem como as perspectivas para as suas políticas doméstica e externa, a partir do seu programa de governo e discursos públicos.

Das “megaeleições” de vereadoras/es, prefeitas/os, governadoras/es e constituintes às primárias presidenciais

Ao contrário das eleições presidenciais de 2017, marcadas pelo tradicional favoritismo das até então duas principais coalizões políticas do país, a *Concertación* e a *Alianza*, a competição eleitoral de 2021 apresentou um cenário de alta volatilidade. Em 2017, com a adoção de um novo sistema eleitoral proporcional no Chile, houve o surgimento de novos partidos e coalizões políticas, bem como uma fratura na coalizão de centro-esquerda, a então chamada *Concertación*. Por sua vez, o impacto das manifestações de outubro de 2019 e os resultados do Plebiscito Nacional de 2020 levaram a um processo de negociação de candidaturas com vistas às eleições de vereadoras/es, prefeitas/os, governadoras/es

e constituintes, realizadas em 15 e 16 de maio de 2021. Cerca de 6,1 milhões de chilenos participaram das chamadas “megaeleições”, com o destaque para a eleição de 155 representantes da Convenção Constituinte, que será responsável por redigir a nova Carta Magna do país, em substituição à herdada da ditadura militar de Augusto Pinochet (1973-1990). Esta é uma importante vitória do “*estallido social*” de outubro de 2019 e representa a primeira vez na história que a população votou em seus constituintes. Também tem destaque a reserva de 17 cadeiras aos povos originários e a paridade de gênero na Convenção Constituinte, sendo a primeira do mundo a ter o mesmo número de homens e mulheres⁷.

Os resultados da eleição à Constituinte foram um marco importante para a política chilena: as candidaturas independentes obtiveram 48 cadeiras; a esquerda e a centro-esquerda, 53 cadeiras, representadas pelos pactos *Aprovo Dignidade* e *Lista do Aprovo*; e a direita e a centro-direita, 37 cadeiras, representadas pelo pacto *Chile Vamos*. As demais 17 cadeiras foram reservadas para representantes de povos originários. Os resultados apontaram para um enfraquecimento dos partidos de centro, como o Partido Demócrata Cristão (PDC) e o Partido Pela Democracia (PPD), e uma surpreendente representação das/os independentes. Os maiores derrotados, no entanto, foram a direita e a centro-direita, que não alcançaram o 1/3 necessário para ter poder de veto na Constituinte. O funcionamento da Assembleia teve início em junho, e a expectativa é que, em julho de 2022, os chilenos voltem às urnas para validar a nova Constituição em um plebiscito com voto obrigatório⁸.

Nesse contexto, em julho de 2021, foram realizadas as eleições primárias presidenciais no Chile. Diversas lideranças e organizações políticas anunciaram o interesse

⁷ ARCE-RIFFO, J. Gender Parity in the Chilean Constitutional Convention: What Does it Mean for Chilean Democracy? Disponível em: <<https://ohrh.law.ox.ac.uk/gender-parity-in-the-chilean-constitutional-convention-what-does-it-mean-for-chilean-democracy/>>. Acesso em 14/01/2022.

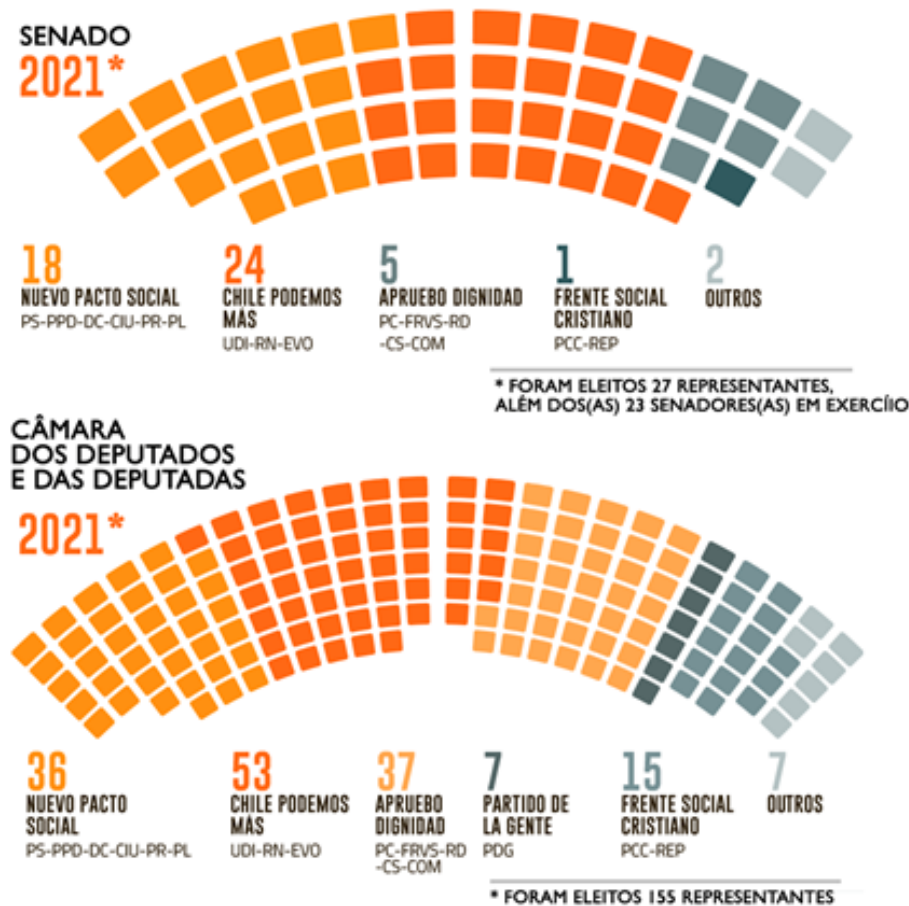
⁸ GOMES DA COSTA, M. Quatro plebiscitos em 40 anos: Do Plebiscito Constitucional de 1980 às eleições dos membros da nova Convenção Constitucional do Chile em 2021. Boletim OPISA, nº2 2021.



FIGURA 1 – COMPOSIÇÃO DO NOVO CONGRESSO CHILENO ELEITO EM 2021

COMPOSIÇÃO DO NOVO CONGRESSO CHILENO ELEITO EM 2021

Distribuição de vagas do Senado e da Câmara dos Deputados e das Deputadas, por coalização e respectivos partidos, após as eleições de 2021

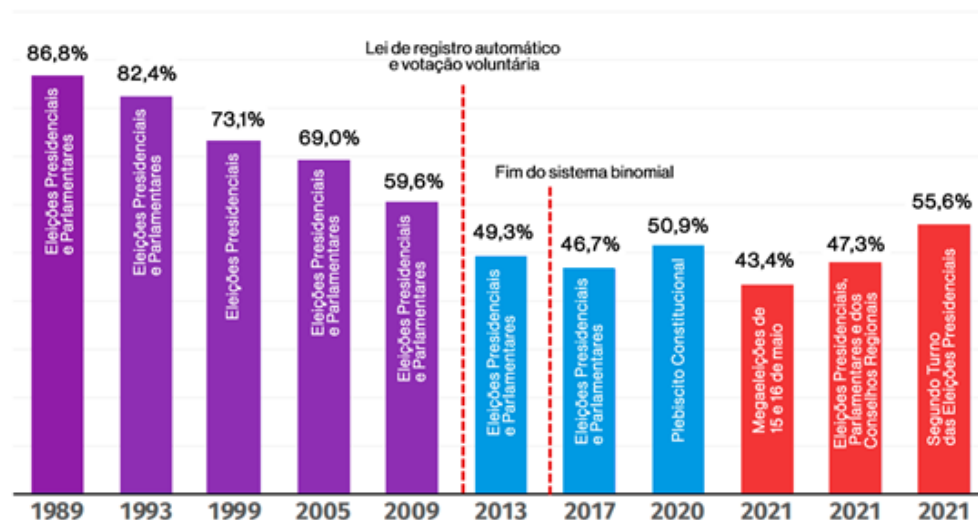


Fonte: Imagem produzida por Diario Financiero de Chile, com dados de Decidechile by Unholster, adaptada pelos autores

FIGURA 2 –EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL (ELEIÇÕES 1989 – 2021)

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL (ELEIÇÕES 1989 – 2021)

Porcentuais de participação dos eleitores chilenos nos principais pleitos, entre 1989 e 2021



Fonte: Imagem produzida por Decidechile by Unholster, adaptada pelos autores

em concorrer às eleições presidenciais, seja por meio de uma primária com outros partidos de seu mesmo campo político ou participando diretamente no primeiro turno, por meio da inscrição de seus respectivos partidos.

As primárias presidenciais legais foram realizadas em 18 de julho de 2021 e elegeram as candidaturas presidenciais de duas coalizões: na *Chile Vamos*, formada pelos partidos União Democrática Independente (UDI), Renovação Nacional (RN), Evolução Política (EVÓPOLI), Partido Regionalista Independiente (PRI) e independentes, Sebastián Sichel, independente, foi eleito com 49% dos votos. Na coalizão Aproveo Dignidade, formada pela Frente Ampla e pelo Chile Digno, Gabriel Boric, da Convergência Social, foi eleito com 60,43% dos votos⁹.

Em 21 de agosto de 2021, uma terceira candidatura foi definida nas primárias cidadãs da coalizão Novo Pacto Social, pelo Partido Pela Democracia (PPD), Partido Radical (PR), Partido Socialista (PS), Partido Democrata Cristão (PDC), Cidadãos (CIU), Partido Liberal (PL) e pelas plataformas *Nuevo Trato* e *Nuevo Chile*. Desta coalizão, Yasna Provoste (PDC), foi eleita com 60,8% dos votos¹⁰.

As demais candidaturas presidenciais foram inscritas em 23 de agosto de 2021 por seus respectivos partidos. Dentre eles, José Antonio Kast, do Partido Republicano (PR), Eduardo Artés, da União Patriótica (UP), Marco Enríquez-Ominami, do Partido Progressista (PRO) e Franco Parisi, do *Partido de la Gente*. Outras candidaturas independentes não obtiveram as 33 mil assinaturas necessárias ou foram negadas pelo Serviço Eleitoral do Chile (Serval) por não cumprirem requisitos legais¹¹.

9 SERVEL (Servicio Electoral de Chile). 20 de mayo de 2021. Resolución N°0600 que acepta candidaturas a Primarias nominación Candidatos a Presidente de la República 2021. Disponível em: https://www.servel.cl/wp-content/uploads/2021/05/RO_0600_acepta_candidaturas_a_Primarias_nominacion_Candidatos_a_Presidente_2021.pdf. Acesso em 06/01/2022.

10 COOPERATIVA.CL. Unidad Constituyente tendrá una “primaria ciudadana”, pero aún no define la modalidad. Disponível em: <https://cooperativa.cl/noticias/pais/politica/presidenciales/unidad-constituyente-tendra-una-primaria-ciudadana-pero-aun-no-define/2021-07-23/232003.html>. Acesso em: 05/01/2021.

11 SERVEL (Servicio Electoral de Chile). Declaración del Presidente del Consejo Directivo del Servicio Electoral. Disponível em: <https://www.servel.cl/declaracion-del-presiden->

Primeiro Turno: o surpreendente crescimento eleitoral de Kast

Em 21 de novembro de 2021, foi realizado o primeiro turno das eleições presidenciais chilenas. O representante do Partido Republicano (PR), José Antonio Kast, obteve 27,91% dos votos e foi ao segundo turno em 19 de dezembro contra o representante da Aproveo Dignidade, Gabriel Boric, que obteve 25,83% dos votos. A distribuição de votos para os demais candidatos ao pleito foram: Franco Parisi, com 12,80%; Sebastián Sichel, com 12,78%; Yasna Provoste, com 11,60%; Marco Enríquez-Ominami, com 7,60% e Eduardo Artés, com 1,47%¹².

Para além do resultado do primeiro turno das eleições presidenciais, vale ressaltar a nova composição do Congresso Nacional do Chile. A direita cresceu no Senado e terá, a partir de março de 2022, a metade de seus assentos, ao passo que a esquerda perdeu a sua atual maioria. Ocorreu um equilíbrio de forças entre a direita e a esquerda na Câmara dos Deputados e das Deputadas, que será marcada pela fragmentação partidária, na qual a coalizão do futuro presidente não terá maioria, independentemente do vencedor no segundo turno. Na página seguinte, apresentaremos uma síntese da composição do congresso chileno (Figura 1).

Por fim, convém ressaltar a distribuição de apoios das candidaturas derrotadas no primeiro turno às candidaturas do segundo turno. Boric obteve o apoio imediato de Yasna Provoste e Marco Enríquez-Ominami, bem como dos principais partidos de centro-esquerda, com destaque para o PDC e o PS. Kast obteve o apoio imediato dos principais partidos de centro-direita, como UDI, RN e EVÓPOLI, porém Sichel não declarou seu apoio, afirmando que o faria somente sob algumas condições, e Parisi declarou o seu apoio apenas às vésperas dessas eleições. De uma forma geral, é possível afirmar que a candidatura de Boric logrou conformar um amplo arco eleitoral no segundo turno, recebendo também o apoio de importantes lideranças independentes e de organizações [te-del-consejo-directivo-del-servicio-electoral/](https://www.servel.cl/te-del-consejo-directivo-del-servicio-electoral/). Acesso em 8/01/2022.

12 SERVEL (Servicio Electoral de Chile). Elección de Presidente 2021. Primera Vuelta. Disponível em: <https://resultados.servelecciones.cl/presidencialespv2021/provisorios/>. Acesso em 06/01/2022.



sociais de relevância no Chile.

Segundo Turno: Participação eleitoral inédita e vitória de Gabriel Boric

Em 19 de dezembro de 2021, foi realizado o segundo turno das eleições presidenciais do Chile. Com 99% das urnas apuradas, Boric foi eleito presidente com cerca de 4,6 milhões de votos, representando 55,87% do total, contra 3,6 milhões de votos de Kast, com 44,13% dos votos.

Entre o primeiro e o segundo turno, a participação cresceu em oito pontos percentuais, o que representa cerca de 1,2 milhão de eleitores a mais, e Boric tornou-se o presidente mais votado da história do Chile. É interessante notar ainda a evolução da participação eleitoral desde a redemocratização (Figura 2). Com a implementação da Lei nº 20.568 de 2012, de registro automático e votação voluntária, o comparecimento eleitoral dificilmente ultrapassava os 50%, o que ocorreu apenas no Plebiscito Nacional de 2020 e no segundo turno das eleições presidenciais de 2021, o pleito com a maior participação desde as últimas reformas no sistema eleitoral do Chile.

Considerações Finais: Perspectivas do governo de Gabriel Boric (2022-2026)

Já em sua primeira semana como presidente eleito, Gabriel Boric participou de uma reunião com o atual presidente do Chile, Sebastián Piñera, para discutir a transição entre governos e enfatizar a necessidade de avanços nas questões relativas à pandemia e à reativação econômica, bem como à necessidade de que não se instale a impunidade no que toca às graves violações de direitos humanos no Chile desde as manifestações de outubro de 2019¹³. Outra ação simbólica que merece destaque foi a sua visita à sede da Convenção Constituinte no dia 22 de dezembro, onde o presidente eleito reforçou o seu apoio e compromisso com o processo histórico de promulgação da nova constituição do Chile¹⁴.

13 LA TERCERA, 20/12/2021. Boric se reúne con Piñera y pone plazo para dar a conocer gabinete. Disponível em: <<https://www.latercera.com/politica/noticia/boric-se-reune-con-piñera-y-pone-plazo-para-dar-a-conocer-gabinete/K344Z7ZNPJG5XJRBZVKEVH6CFI/>>. Acesso em 12/01/2021.

14 EL MOSTRADOR, 21/12/2021. Boric marca la difer-

Em 21 de janeiro de 2021, Boric anunciou o seu gabinete ministerial¹⁵, que conta com 14 ministras e 10 ministros. Dentre as indicações, vale destacar a nomeação de Izkia Siches, chefe de campanha de Boric nas eleições presidenciais, para o Ministério do Interior e Segurança Pública, e a de Maya Fernanda Allende, neta do ex-presidente socialista Salvador Allende, para o Ministério da Defesa. O gabinete terá como tarefa fundamental cumprir com o seu programa de governo naquilo que toca o erguimento de um Estado de Bem-Estar Social e a superação das desigualdades no Chile.

No que diz respeito às relações exteriores do Chile, seu programa de governo enfatiza que sua política externa deve avançar em direção a um novo ciclo político. Para tal, Boric propõe que o status internacional do Chile pode ser fortalecido por meio de uma cooperação flexível, concertada e sustentável. Em seu programa, ele aponta quatro ênfases fundamentais, que serão os eixos transversais para as ações do Chile nas relações exteriores: a promoção do multilateralismo, do empreendedorismo, do feminismo e de uma diplomacia ‘turquesa’¹⁶.

A política externa empreendedora enfatiza que, no lugar de promover rígidos esquemas de integração regional que são inconsistentes com os desafios transnacionais, seria necessário avançar para uma integração flexível, que inclua todos os atores que têm um lugar no sistema: Estado, organizações não estatais, organizações internacionais, sociedade civil, plataformas acadêmicas e científicas e o mundo empresarial¹⁷.

encia con Piñera con su visita a la Convención Constitucional y compromete todo su apoyo con un “proceso histórico”. Disponível em: <<https://www.elmostrador.cl/destacado/2021/12/21/boric-marca-la-diferencia-con-piñera-con-su-visita-a-la-convencion-constitucional-y-compromete-todo-su-apoyo-con-un-proceso-historico/>>. Acesso em 12/01/2021.

15 LA TERCERA, 22/01/2022. Conoce a los 24 ministros del nuevo gobierno de Gabriel Boric Disponível em: <<https://www.latercera.com/el-gabinete-de-gabriel-boric/>>. Acesso em 27/01/2021.

16 APRUEBO DIGNIDAD. Programa de Gobierno de Apruebo Dignidad. Boric Presidente. Disponível em: <[https://s3.amazonaws.com/cdn.boricpresidente.cl/web/programa/Plan+de+gobierno+AD+2022-2026+\(2\).pdf](https://s3.amazonaws.com/cdn.boricpresidente.cl/web/programa/Plan+de+gobierno+AD+2022-2026+(2).pdf)>. Acesso em 12/01/2022.

17 APRUEBO DIGNIDAD. Programa de Gobierno de Apruebo Dignidad. Boric Presidente. Disponível em: <[https://s3.amazonaws.com/cdn.boricpresidente.cl/web/programa/Plan+de+gobierno+AD+2022-2026+\(2\).pdf](https://s3.amazonaws.com/cdn.boricpresidente.cl/web/programa/Plan+de+gobierno+AD+2022-2026+(2).pdf)>. Acesso em



O programa de governo de Boric também enfatiza a realização de um processo participativo dentro do Ministério das Relações Exteriores (MRE) para definir e implementar uma Política Externa Feminista, que visará institucionalizar e integrar a abordagem dos direitos humanos, a perspectiva de gênero e a interseccionalidade. O seu governo buscará, portanto, implementar transformações estruturais dentro do MRE, incorporando uma visão feminista em favor da igualdade de gênero nas diferentes dimensões do trabalho ministerial (consular, comercial e política), e diversificando a ênfase temática da política externa chilena em plataformas regionais e multilaterais. Outra medida enfatizada pelo programa é o estabelecimento de ações afirmativas para corrigir as desigualdades históricas e avançar em direção a uma paridade de gênero no MRE¹⁸.

Por fim, a ênfase a uma Política Externa “Turquesa” faz referência à proposta de integrar as agendas de mitigação das alterações no clima global e da crise ecológica, bem como as agendas de proteção dos oceanos. Seria uma abordagem transformadora para o Chile consolidar-se como um país que seja uma referência internacional na luta contra a degradação ambiental, e para neutralizar os impactos negativos e regressivos da crise climática, enfatizando a grave crise econômica e humana e os custos humanos da inação proveniente dos discursos negacionistas¹⁹.

12/01/2022.

18 APRUEBO DIGNIDAD. Programa de Gobierno de Apruebo Dignidad. Boric Presidente. Disponível em: <[https://s3.amazonaws.com/cdn.boricpresidente.cl/web/programa/Plan+de+gobierno+AD+2022-2026+\(2\).pdf](https://s3.amazonaws.com/cdn.boricpresidente.cl/web/programa/Plan+de+gobierno+AD+2022-2026+(2).pdf)>. Acesso em 12/01/2022.

19 APRUEBO DIGNIDAD. Programa de Gobierno de Apruebo Dignidad. Boric Presidente. Disponível em: <[https://s3.amazonaws.com/cdn.boricpresidente.cl/web/programa/Plan+de+gobierno+AD+2022-2026+\(2\).pdf](https://s3.amazonaws.com/cdn.boricpresidente.cl/web/programa/Plan+de+gobierno+AD+2022-2026+(2).pdf)>. Acesso em 12/01/2022.



A violência na fronteira entre Brasil e Paraguai e o combate ao crime organizado transnacional

Amanda Silvestre
Pesquisadora OPISA

Introdução

Apesar de ser o continente com a menor incidência de guerras entre Estados (Pagliari, 2011), a América do Sul é considerada uma das regiões mais violentas do mundo. Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a América do Sul, junto com a América Central, está no topo do ranking de homicídios mundiais²⁰. No ano de 2012, por exemplo, as duas regiões somadas corresponderam à 36% dos homicídios mundiais, ao mesmo tempo em que abrigam apenas 8% da população do planeta²¹. Um dos fatores que contribuem para os altos índices de violência é o crime organizado, sobretudo o narcotráfico e o contrabando de armas e produtos falsificados. De acordo com relatórios da Organização das Nações Unidas, o crime organizado gera um número de mortes no mesmo patamar de conflitos armados no resto do mundo²².

Nesse sentido, no ano de 2021, foram inúmeros os episódios sangrentos com vítimas fatais em cidades fronteiriças sul-americanas. Esse cenário aponta para a disputa entre facções criminosas por pontos estratégicos do comércio ilegal de drogas, que vão além do território nacional. Neste artigo, analisaremos como as atividades ilícitas transnacionais são responsáveis pelo aumento da violência

20 Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2011/10/06-global-study-on-homicide-2011.html> Acesso em 02/02/2022.

21 Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_crime/Publicacoes/Estudo-Global-Homicidios/2014/PT_SumarioExecutivo_-_final.pdf Acesso em 13/01/2022.

22 Disponível em <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2019/07/homicidio-mata-mais-pessoas-do-que-conflitos-armados--diz-novo-estudo-do-unodc.html#:~:text=O%20Crime%20organizado%20%C3%A9%20respons%C3%A1vel%20por%2019%25%20dos%20homic%C3%ADdios&text=Desde%20o%20in%C3%ADcio%20do%20s%C3%A9culo,armados%20em%20todo%20o%20mundo.> Acesso em 13/01/2022.

na zona de fronteira entre Brasil e Paraguai. Para isso, o artigo está dividido da seguinte forma: em primeiro lugar, descreveremos o papel do Brasil e do Paraguai no tráfico de drogas regional e internacional; em um segundo momento, discutiremos a situação na fronteiras entre os dois países e o controle exercido por grupos criminosos; em seguida, apresentaremos as iniciativas dos governos brasileiro e paraguaio com vistas a conter situação, bem como o tratamento do tema aparece pelas organizações regionais; por fim, o texto se encerra com as considerações finais.

O Papel do Brasil e do Paraguai no comércio ilegal de drogas

Brasil e Paraguai ocupam posições centrais no vasto e lucrativo mercado de contrabando de drogas lícitas e ilícitas. A região fronteiriça entre os dois países é uma das rotas mais tradicionais para a comercialização destes produtos no continente sul-americano. No total são 1.366 km de fronteira, que incluem 20 municípios. A presença de uma extensa fronteira “seca” que liga os dois Estados facilita o transporte das drogas para pontos estratégicos. De acordo com Ferreira e Medeiros (2020), existe uma relação de complementariedade entre Paraguai e Brasil no que diz respeito ao comércio ilegal de produtos. O Brasil, com seu gigantesco mercado consumidor, ocupa a posição da demanda, enquanto o Paraguai a de oferta. No entanto, é imperativo destacar que o Brasil também se configura como peça-chave do tráfico de drogas à nível mundial, já que este serve de ponte para o envio de produtos ilegais para Europa e demais continentes.

Com a pandemia da Covid 19 e o fechamento das fronteiras em 2020, houve o aumento de 232% de produtos contrabandeados em relação ao primeiro trimestre do ano anterior²³. Além das drogas ilícitas, outros produtos que estão no topo da lista do mercado ilegal são cigarros e bebidas. Assim, em março de 2020 foram apreendidos 563.475 cigarros, enquanto em março de 2019, 14.071.

Outrossim, o Paraguai é um grande produtor e/ou cultivador de produtos não processados, como a cannabis, e faz parte

23 Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/contrabando-na-fronteira-com-o-paraguai-cresce-232-dizem-receita-e-pf/> Acesso em 02/02/2022.



do trajeto que possibilita a distribuição de cocaína, vinda de países como Colômbia, Bolívia e Peru, com destino a países como o Brasil. O comércio ilegal da maconha também cresceu em no início da pandemia, com um aumento de 169% em relação ao mesmo período em 2019 (CNN, 2020). Ainda que as operações e apreensões também tenham crescido em 2021, estima-se que em razão do contrabando, o Brasil perde 146,3 bilhões por ano em arrecadação de impostos²⁴.

A fronteira entre Brasil e Paraguai: Ilegalidade e violência

Devido as dimensões continentais de seu território, o Brasil tem grande dificuldade em controlar suas fronteiras de maneira efetiva, principalmente pela dificuldade em acessar alguns locais e pela escassez de agentes para fazer a patrulha²⁵. Do lado paraguaio, o principal obstáculo também é a falta de recursos. Ao longo das décadas, foi possível observar a formação de cidades gêmeas, áreas com forte integração econômica e cultural, cada uma de um país distinto. Dentre elas podemos destacar Ponta Porã (Mato Grosso do Sul, Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai); Foz do Iguazu (Paraná, Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai); e Guaira (Paraná, Brasil) e Salto del Guaira (Paraguai). Considerando essas cidades, em termos de atividades ilícitas, o trajeto que merece mais atenção é Ponta Porã- Pedro Juan Caballero, já que é por onde passa o maior volume de produtos contrabandeados (Brasil, 2016)²⁶.

Além disso, uma outra característica das cidades fronteiriças entre Brasil e Paraguai é o alto índice de violência. Das 25 cidades brasileiras em zona de fronteira onde mais ocorrem homicídios, 7 se situam na divisa com

24 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://temas.folha.uol.com.br/contrabando-no-brasil/uma-muralha-da-china-por-ano/brasil-perder-146-3-bilhoes-para-o-mercado-informal.shtml> Acesso em 04/02/2022.

25 Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/01/falta-investimento-em-seguranca-na-fronteira-entre-brasil-e-paraguai.html> Acesso em 04/02/2022.

26 Ver mais em : BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Segurança Pública nas Fronteiras: Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/proDucAo/DIAgNostIco-socIoEcoNoMIco-E-DEMogrAFIco-DA-FAIXA-DE-FroNtEIrA/?fbclid=IwAR2oEFALKwDt-DuJtmsRF9ae4mEQLnVKUESxFWbNod4wHLffdznhkjy-D7hf8#.wzMcw9vKJlu> Acesso em 04/02/2022.

o Paraguai (Ferreira; Medeiros, 2020, p.11). No ano de 2021, habitantes dessas cidades e autoridades locais se viram aterrorizados pelo crescente número de assassinatos. Em outubro de 2021, quatro pessoas foram mortas em uma chacina na cidade de Pedro Juan Caballero, dentre elas duas estudantes brasileiras²⁷. Segundo as autoridades locais, o alvo do ataque tinha envolvimento com o tráfico de drogas na região. Ademais, horas antes o vereador Farid Afif (DEM-MS) foi assassinado no lado brasileiro da fronteira, em Ponta Porã. Embora sejam marcantes e representativos da situação, infelizmente esses casos não são os únicos.

Para entendermos as causas desses episódios de violência, podemos recorrer à dinâmica descrita anteriormente. O crime organizado é o fator determinante para o caos de segurança pública vividos na atualidade. Na divisa entre Brasil e Paraguai, podemos observar a atuação de facções brasileiras que se internacionalizam e controlam as negociações e comercialização de drogas, como no caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Nessas cidades, o narcotráfico é dirigido pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), uma das maiores facções criminosas do Brasil, que conta também com afiliados paraguaios. A forte presença do PCC nessas localidades é explicada pela importância que o Paraguai tem para os negócios da facção, já que é desse país que vem a cocaína e maconha que serão traficadas pela organização criminosa, tanto no território brasileiro como demais países.

Presente no país há mais de uma década, a atuação do PCC no Paraguai é expressiva a ponto das autoridades policiais paraguaias considerarem o grupo como a maior organização criminosa em território nacional²⁸. A quadrilha formou alianças com grupos nacionais, o que foi fundamental para o controle do território estrangeiro. Contudo, são constantes os episódios de competições militarizadas entre facções rivais, que deixam um número elevado de vítimas fatais.

Outrossim, o PCC representa um desafio para a política carcerária paraguaia. Assim como no Brasil, os presídios no país vizinho possuem péssimas condições e enfrentam o gargalo da superlotação. Diante desse cenário, o PCC conseguiu uma

27 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/10/cinco-pessoas-sao-mortas-na-fronteira-de-brasil-com-paraguai-em-menos-de-24-horas.shtml> Acesso em 13/01/2022

28 Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58891562> Acesso em 13/01/2022.



grande influência nas prisões paraguaias e organiza fugas como a de janeiro de 2020, que libertou 75 presos ligados à quadrilha²⁹. Outrossim, é nas prisões que é feita boa parte do recrutamento para a facção. Um agravante da situação é a falta de recursos por parte do Estado paraguaio para combater o crime organizado. Em entrevista à TV ABC, Ronald Acevedo, governador da província de Amambay, onde está localizada a cidade de Pedro Juan Caballero, afirmou que o país não possui armamentos e capacidade técnica para frear a ação dos grupos criminosos³⁰.

Um problema transnacional, uma solução conjunta

O crime organizado e a violência que ele gera não se restringem às fronteiras nacionais. Diante disso, as autoridades entendem que a solução também precisa ser transnacional. Desde 1988, os governos brasileiro e paraguaio assinaram uma série de acordos para defesa e cooperação militar. Inclusive, é com o Paraguai que o Brasil possui o maior número de acordos dessa natureza. Entre os mais importantes estão: o Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais, de 2000; o Acordo Quadro em Matéria de Cooperação e Defesa, de 2007; e o Acordo de Cooperação Militar entre Brasil e Paraguai, renovado em 2016. Sobre este último, ele prevê a realização de atividades como operações conjuntas nas fronteiras, tanto aéreas como terrestres, geração de expertise técnica por meio da capacitação e treinamento, e o intercâmbio de informações.

No tocante às operações³¹, podemos destacar a atuação conjunta da Polícia Federal brasileira e da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), do Paraguai. Juntas, as instituições dos dois países realizaram duas

29 Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-14/violencia-na-fronteira-entre-brasil-e-paraguai-avanca-mais-uma-semana-sob-a-sombra-do-pcc.html> Acesso em 13/01/2022.

30 Disponível em: <https://www.abc.com.py/nacionales/2021/10/12/estamos-derrotados-lamenta-el-gobernador-que-perdio-a-su-hija-por-sicariato/> Acesso em 02/02/2022.

31 Ver mais em: CAPARROZ, Michelle de Oliveira Trindade; MERCHER, Leonardo. Narcotráfica na fronteira entre Brasil e Paraguai. 13f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) UNINTER - Centro Universitário Internacional, 2018. Disponível em <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/224/1138988%20-%20MICHELLE%20CARRAPOZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 14/01/2022.

grandes operações. A primeira, chamada de Nova Aliança, ocorreu em 2008 e conseguiu resultados expressivos como o desmonte de diversos acampamentos produtores de entorpecentes, 12 toneladas de drogas e 1,125 milhão de pés de cannabis. Uma outra grande operação, talvez a maior delas, ficou conhecida como operação Ágata 5, e ocorreu no ano de 2012. Esse grande evento de combate ao narcotráfico contou com uma mobilização logística bastante robusta através da utilização de navios, aviões, blindados e 9 mil militares na tríplice fronteira. Ademais uma outra característica da operação Ágata 5 foi a articulação entre diversas agências governamentais, totalizando 30 órgãos.

Em 2021, com a morte de ao menos 160 pessoas vítimas da guerra do tráfico na região de fronteira³², entre paraguaios e brasileiros, Brasil e Paraguai lançaram novas iniciativas para conter a criminalidade. No dia 13 de outubro, dias após a chacina em Pedro Juan Caballero, o Paraguai anunciou, em conjunto com a Polícia Federal brasileira, a operação Soberania³³, para combater o crime organizado. Desse modo, foram instalados um comando bipartite, com uma sede em Pedro Juan Caballero e outra em Ponta Porã, os dois principais alvos da operação, junto com o distrito de Capitán Bado. As instalações foram criadas para servirem, sobretudo, como pontos de inteligência e de intercâmbio de informações entre as autoridades policiais dos dois países.

Além disso, o governo brasileiro também tomou providências para salvaguardar os outros trechos fronteiriços com o Estado vizinho. No final de novembro, o Ministério da Justiça e Segurança Pública autorizou a atuação da Força Nacional de Segurança Pública no percurso que corresponde aos municípios de Foz do Iguacu, Guaíra, Icaraíma e Alto Paraíso. Inicialmente prevista para durar até março, no mês seguinte a missão foi prolongada para até o fim de maio de 2022³⁴.

32 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/governo-autoriza-uso-da-forca-nacional-na-fronteira-com-o-paraguai/> Acesso em 14/01/2022.

33 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-10/fronteira-paraguai-anuncia-operacao-contra-o-crime-organizado> Acesso em 14/01/2022.

34 Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/maquivel/governo-aumenta-prazo-para-uso-da-forca-nacional-em-foz-do-iguacu/?fbclid=IwAR2V510bxisz3nlbkK_IPOl9b4iP1j9BFiniqD_apM_zxqzw6xzqaep-0Y Acesso em 14/01/2022.

Narcotráfico: uma questão de (In)segurança pública e (In)segurança internacional

Combater o crime organizado demanda uma resposta regional. Após a sua criação em 2008, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) tinha como objetivo promover a integração do continente sul-americano em um sentido muito mais amplo do que meramente econômico. Desse modo, a organização atuava nas temáticas cultural, econômica, energia, educação, meio ambiente, segurança, entre outros. Dentre os seus vários objetivos específicos, havia o combate ao “terrorismo, a corrupção, o problema mundial das drogas, o tráfico de pessoas e de armas, o crime organizado transnacional etc” (Martinez, Lyra, 2015). Assim, em 2010, foi criado o Conselho de Combate ao Narcotráfico³⁵, cujo objetivo era acabar com esta prática ilegal erradicando a oferta, a produção e a circulação de drogas e estabelecendo a segurança da população. De acordo com Martinez e Lyra (2015) o tratamento dado à questão do narcotráfico era diferenciado já que, além de adotar uma postura menos militarizada, a organização via o tema como um problema comum que enseja responsabilidades comuns, sem diferenciar os países entre produtores e consumidores.

Com o esvaziamento da UNASUL em 2019, o Fórum para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL) foi lançado como uma proposta alternativa. Embora ainda seja recente, em seu site oficial³⁶ o bloco elenca as suas áreas temáticas de atuação: infraestrutura, energia, saúde, defesa, segurança e gestão de riscos e desastres. O crime organizado está alocado na seção de segurança, com o objetivo é fortalecer a cooperação e coordenação frente ao crime organizado transnacional, bem como promover o atendimento coordenado às vítimas da criminalidade (PROSUL, 2022). Para tanto, o bloco pretende “implementar mecanismos de cooperação policial que permitam o intercâmbio de informação de maneira que rápida e eficiente entre os países da região” (PROSUL, 2022).

Até o momento, a iniciativa mais importante do fórum referente a emergência do crime organizado transnacional foi a Cúpula PROSUL-OEA sobre Segurança

Regional e Ameaças Híbridas, em outubro de 2021. Na ocasião, foram debatidos os aspectos multidimensionais da questão da segurança e como as ameaças híbridas emergentes têm afetado o continente. Nesse sentido, um dos principais temas da cúpula foi o crime organizado transnacional e como essa atividade tem evoluído, sobretudo nas fronteiras. Os participantes, entre eles os especialistas, Francisco Rojas, Reitor da Universidade para a Paz e Carlos Patiño, professor da Universidade Nacional da Colômbia³⁷, alertaram para a necessidade de ações prioritárias para frear a criminalidade e os mercados ilícitos na região. Ao fim do evento, foram acordadas uma série de sugestões para gerir as demandas de segurança e ameaças híbridas a nível nacional e regional. Entre as propostas, estão a “criação de um observatório regional para revisão e catálogo de experiências regionais” e cooperação entre inteligência, ciência e tecnologia entre os Estados e suas instâncias³⁸. No entanto, no contexto de pandemia, em que a emergência de saúde global provocada pela Covid-19 tem mobilizado a maior parte dos recursos e atenção dos Estados, podemos constatar a ausência de medidas práticas efetivas no que concerne à questão do crime organizado.

Considerações Finais

O caráter difuso do crime organizado e suas conexões transnacionais desafiam a capacidade dos Estados de impedir a sua expansão. O caso da fronteira entre Brasil e Paraguai é um retrato da grande potencialidade desestabilizadora das práticas

37 Também participaram da cúpula: Martha Lucía Ramírez, Vicepresidente e Ministra de Relaciones Exteriores da Colômbia 2. Almirante Flavio Rocha, Secretario de Assuntos Estratégicos do Brasil 3. Andrés Allamand, Ministro de Relaciones Exteriores do Chile 4. Diego Molano, Ministro de Defesa da Colômbia 5. Hugh Hilton Todd, Ministro de Relaciones Exteriores e Cooperación da Guiana 6. Óscar Maúrtua de Romaña, Ministro de Relaciones Exteriores do Perú 7. Albert Ramdin, Ministro de Relaciones Exteriores do Suriname 8. Rafael Guarín, Conselheiro Presidencial para a Segurança Nacional da Colômbia 9. Christian Guillermet-Fernández, Viceministro de Relaciones Exteriores e Culto para Assuntos Multilaterais da Costa Rica 10. Pablo René Rios, Viceministro de Segurança Interna do Paraguai. 11. Luis Almagro, Secretário Geral da OEA 12. Arthur Weintraub, Secretário de Segurança Multidimensional da OEA. 13. Gastón Schulmeister, Diretor do Departamento contra o Crime Organizado Transnacional da OEA.

38 Para saber mais ver “Memorias del Foro Prosur-OEA: Seguridad regional y amenazas híbridas”. Disponível em: <https://foroprosur.org/wp-content/uploads/2021/10/MEMORIAS-FORO-PROSUR-OEA-SOBRE-SEGURIDAD-VF-.pdf> Acesso em 15/01/2022.

35 Disponível em: <https://unasur.webcindario.com/narcotrafico.html> Acesso em 15/01/2022.

36 Disponível em: <https://foroprosur.org/> Acesso em 15/01/2022.



ilegais e seu papel no caos de segurança pública que cidades fronteiriças enfrentam. Para combater o crime organizado, respostas unilaterais são pouco eficientes, tornando-se necessária a articulação de esforços cooperativos entre os Estados. Era neste sentido que a atuação da UNASUL no passado foi de extrema importância. A organização, que contava com todos os países da região, adotou uma postura não militarizada para combater o problema das drogas, pois o enxergava como uma questão de saúde pública. Por esta razão, o antigo Conselho de Luta contra o Narcotráfico passou a ser chamado de Conselho para o Problema Mundial das Drogas.

No entanto, atualmente, falta na América do Sul uma resposta comum e coordenada para lutar contra a criminalidade e, diante disso, os países precisam recorrer, principalmente, à cooperação bilateral, como as empreendidas por Brasil e Paraguai. Sobre esses países, as operações conjuntas entre ambos ainda seguem a lógica tradicional de busca e apreensão de drogas e possuem caráter pontual (FERREIRA; MEDEIROS, 2020). No entanto, a percepção de Brasil e Paraguai de que o crime organizado é um problema comum e que demanda um esforço coletivo, representa um avanço.

Referências

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Segurança Pública nas Fronteiras: Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/proDucAo/DIAgNostIco-socioEcoNoMico-E-DEMOgrAFIco-DA-FAIXA-DE-FronteIRA/?fbclid=IwAR2oEFA LKwDtDuJtmsRF9ae4mEQLnVKUESxFW bNod4wHLffdznkhjyD7hf8#.wzMcw9vKJIu> Acesso em 4 de fevereiro de 2022.

CNN. Contrabando na fronteira com o Paraguai cresce 232%, dizem Receita e PF. 2020 Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/contrabando-na-fronteira-com-o-paraguai-cresce-232-dizem-receita-e-pf/> Acesso em 4 de fevereiro de 2022.

FERREIRA, Marcos Alan S.V.; MEDEIROS, Juliana Leite de. Cooperação Militar contra o Crime Organizado: Brasil e Paraguai no combate ao narcotráfico (1988-2017). Revista Sociedade e Cultura, v.23, 2020. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/59596>> Acesso em 4 de janeiro de 2022.

MARTINEZ, Elias David Morales; LYRA, Mariana P.O. O processo de dessecuritização do narcotráfico na Unasul. Contexto Internacional. v.37, n.2, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/>

S0102-85292015000200011> Acesso em 4 de janeiro de 2022.

PAGLIARI, Graciela de Conti. Segurança na América do Sul: Problemas e Atores. 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais: Governança global e novos atores, painel “As relações regionais sul-americanas após 20 anos de Mercosul: balanço, desafios e perspectivas”. São Paulo, 2011. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scieloMSC0000000122011000200018&script=sci_arttext. Acesso em 4 de janeiro de 2022.

PEREIRA, Paulo José Dos Reis. Crime transnacional na América do Sul: Identificação e combate. 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Belo horizonte, 2013. Disponível em: <<https://www.encontronacional2013.abri.org.br/>> Acesso em 4 de janeiro de 2022.

PROSUL. Áreas Temáticas: Segurança. <<https://foroprosur.org/>> Acesso em 4 de janeiro de 2022.

UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. World Drug Report 2014. Nova Iorque: United Nations, 2014. Disponível em: <http://www.unodc.org/wdr2014/> . Acesso em 4 de janeiro de 2022.

